

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Com base na Lei de Introdução às Normas Brasileiras, julgue os itens a seguir.

- 51 Em decorrência do ato jurídico perfeito, do direito adquirido e da coisa julgada, aplica-se o princípio da irretroatividade das leis, sejam elas penais ou civis.
- 52 O estatuto pessoal é a situação jurídica em que o estrangeiro será regido pelas leis de seu país de origem.
- 53 A Lei de Introdução às Normas Brasileiras revogou a Lei de Introdução ao Código Civil.
- 54 A vigência da norma começa com sua promulgação.
- 55 A interpretação extensiva é uma das formas utilizadas pelo mecanismo de integração normativa por analogia.

No que diz respeito ao direito das pessoas naturais, conforme sua existência, personalidade, capacidade, nome, estado, domicílio e direitos da personalidade, julgue os itens que se seguem.

- 56 Os direitos da personalidade protegem de forma exclusiva as pessoas naturais e os nascituros.
- 57 Para que a pessoa seja sujeito de direitos é necessário que tenha personalidade jurídica.
- 58 O nome é composto de prenome e sobrenome, podendo, em alguns casos, ser adicionado um agnome para distinguir pessoas pertencentes a uma mesma família.
- 59 O estado familiar da pessoa natural pode ser classificado em casado, solteiro, viúvo, divorciado, judicialmente separado ou convivente.
- 60 A pessoa natural poderá ter várias residências, mas apenas um único domicílio.

Com relação às pessoas jurídicas, julgue os itens subsequentes.

- 61 O prazo decadencial para anular a constituição das pessoas jurídicas de direito privado é de três anos, no caso de defeito do ato constitutivo.
- 62 Os estados e os territórios têm por domicílio as suas respectivas capitais.
- 63 A existência legal das pessoas jurídicas de direito privado se inicia com o exercício da atividade.

Com relação à prescrição e decadência, julgue os itens seguintes.

- 64 Iniciada a prescrição contra uma pessoa, essa vindo a falecer, o prazo começa a ser contado novamente contra o seu sucessor.
- 65 Enquanto a decadência extingue tanto o direito quanto a ação, a prescrição extingue apenas a ação.
- 66 Existe impossibilidade de se renunciar à decadência ao passo que é possível renunciar à prescrição.
- 67 Os prazos prescricionais não podem ser alterados pelas partes.
- 68 Os direitos da personalidade são imprescritíveis.
- 69 É possível questionar a existência da prescrição a qualquer momento do processo.

No que concerne aos bens públicos, julgue o item abaixo.

- 70 Os bens públicos podem ser alienáveis ou não. Assim, os bens dominicais podem ser alienados, desde que observadas as exigências legais. Já os bens de uso especial e de uso comum do povo são inalienáveis.

Acerca dos princípios constitucionais do processo civil relativos ao princípio do devido processo legal e seus consectários lógicos, julgue os itens a seguir.

- 71 Considera-se o princípio do devido processo legal um supraprincípio, em virtude de consistir em um princípio base, norteador dos demais princípios que devem ser observados no processo.
- 72 O princípio do contraditório aplica-se somente à parte ré do processo, a qual, para providenciar a sua defesa, necessita ser informada da existência do processo.
- 73 O princípio do devido processo legal, considerado uma cláusula geral, é gerador de outros princípios, incidindo sobre toda e qualquer atuação do Estado.
- 74 De acordo com o princípio do devido processo legal, as normas devem ser razoáveis, adequadas, equilibradas e proporcionais.

Com relação a atos judiciais, despachos, decisões interlocutórias e sentenças, julgue os próximos itens.

- 75 Os atos do juiz, tais como sentenças, decisões interlocutórias e despachos, caracterizam-se como taxativos.
- 76 Caso o juiz depare-se, no curso do processo, com uma questão incidental, ele deverá utilizar de uma decisão interlocutória para resolvê-la.
- 77 Entre as decisões proferidas nos tribunais incluem-se as interlocutórias.
- 78 Sentença é o ato pelo qual o juiz põe termo ao processo, decidindo acerca do mérito da causa.
- 79 Denomina-se de acórdão a sentença de segundo grau proferida por órgão colegiado dos tribunais.

No que se refere a processo civil, controle judicial de atos administrativos, mandado de segurança, ação civil pública e ação popular, julgue os itens seguintes.

- 80** Todo cidadão tem legitimidade para ajuizar ação popular, sendo necessária, para isso, a apresentação de título de eleitor ou documento equivalente.
- 81** Tratando-se de mandado de segurança, a sentença sujeita-se obrigatoriamente ao reexame necessário, concedida ou não a segurança.
- 82** O descumprimento de decisões proferidas em mandado de segurança caracteriza crime de desobediência.
- 83** No caso de responsabilidade por danos morais e patrimoniais causados a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico, deve-se ajuizar ação civil pública, sendo possível ainda, ajuizar a ação popular cabível.
- 84** Em ação civil pública, o Ministério Público atua sempre como parte.
- 85** A ação popular deve seguir o procedimento ordinário, previsto no Código de Processo Civil, sem nenhuma ressalva.

Com base nas disposições constitucionais aplicáveis ao direito penal, julgue os itens a seguir.

- 86** É inconstitucional lei que preveja a condenação à morte ou à execução de trabalhos forçados, dado que a Constituição Federal de 1988 (CF) proíbe, expressamente, essas modalidades de pena.
- 87** A CF prevê expressamente o respeito à integridade física e moral dos presos.
- 88** Dado o princípio da legalidade, o Poder Executivo não pode majorar as penas cominadas aos crimes cometidos contra a administração pública por meio de decreto.
- 89** Considere que um dos integrantes de determinada quadrilha especializada em desviar dinheiro público tenha contribuído para a prisão de seus comparsas e que, após sua prisão, o Congresso Nacional tenha aprovado uma lei que estabelecesse a isenção de pena para partícipes em crimes contra a administração pública que contribuísem para a prisão de seus comparsas. Nesse caso, dado o princípio da irretroatividade da lei penal, o referido integrante da quadrilha não seria beneficiado pela isenção de pena.
- 90** Uma pessoa poderá ser considerada culpada após sentença condenatória pela prática de crime, ainda que dela recorra.
- 91** Os sucessores daquele que falecer antes de cumprir a pena a que tiver sido condenado poderão ser obrigados a cumpri-la em seu lugar.

Na cidade de Rio Branco – AC, Caio, brasileiro, atirou em João, que, ferido, fugiu em seu veículo para um país vizinho, onde morreu em decorrência dos ferimentos produzidos pelo projétil. O pai de João, Mário, brasileiro, revoltado com a morte do filho, decidiu matar a família de Caio, que morava em outro país. Mário, então, sabendo que a esposa de Caio e seu filho recém-nascido estavam internados em uma maternidade, sufocou-os com um travesseiro. Ao encontrar seus familiares mortos, Caio atirou em Mário, matando-o, e resolveu suicidar-se, tendo, para isso, contado com a ajuda de uma enfermeira, que lhe administrou veneno.

Com base na situação hipotética apresentada, julgue os itens seguintes, a respeito da aplicação da lei penal no tempo e no espaço e dos crimes contra a vida.

- 92** Como a família de Caio foi morta em outro país, a lei penal brasileira não poderia ser aplicada ao crime cometido por Mário.
- 93** Mário praticou o crime de homicídio qualificado contra a esposa de Caio e o de infanticídio contra o recém-nascido.
- 94** Ainda que João tenha morrido posteriormente e em outro país, considera-se praticado o crime no momento em que Caio atirou contra ele.
- 95** Tanto o local onde Caio atirou em João quanto o local onde João morreu podem ser considerados o lugar do crime praticado por Caio.

Na madrugada do dia 20/8/2012, Francisco, escalou o muro que cercava determinada residência e conseguiu entrar na casa, onde anunciou o assalto aos moradores. Francisco ameaçou cortar a garganta das vítimas com um caco de vidro, caso elas gritassem por socorro ou tentassem chamar a polícia. Ele então amarrou as vítimas, explodiu o cofre localizado no andar de cima da casa e subtraiu as joias que encontrou. Essas joias foram vendidas a Paulo, que desconhecia a origem do produto por ele adquirido.

Com base na situação hipotética apresentada, julgue os itens subsequentes, relativos a crimes contra o patrimônio.

- 96** Ao adquirir as joias roubadas, Paulo praticou o crime de receptação.
- 97** Francisco praticou o crime de roubo.
- 98** O fato de Francisco ter escalado o muro da residência não qualifica o crime por ele perpetrado.
- 99** Em razão de ter praticado o delito durante o repouso noturno, a pena de Francisco será aumentada.
- 100** A utilização de um caco de vidro como arma não majora a pena da infração penal praticada por Francisco, uma vez que, para fins penais, se considera arma o instrumento dotado de função precípua de ataque ou defesa, como armas de fogo (revólveres, fuzis etc.) ou armas brancas (punhais, estiletes ou facas).

No que se refere aos crimes contra a administração pública, julgue os próximos itens.

- 101** A pessoa que, ao ser abordada pela polícia, ofender um policial terá praticado o crime de desacato.
- 102** O funcionário de tribunal que, aproveitando-se das facilidades do cargo que ocupa, patrocina, nesse tribunal, os interesses de um amigo seu pratica o delito de advocacia administrativa.
- 103** O juiz que, tendo recebido de um funcionário do tribunal onde atua pedido para que priorizasse o andamento de processo de um conhecido desse funcionário, por indulgência, não comunicar o fato à corregedoria do tribunal praticará o delito de condescendência criminosa.
- 104** Pratica o crime de violação de sigilo funcional o funcionário de tribunal que revela, ainda que para seu cônjuge, conteúdo de processo que corra em segredo de justiça ao qual teve acesso no exercício de suas funções.
- 105** Quem, para não ser multado, oferece dinheiro a policial pratica o crime de corrupção passiva.

No que se refere à ação penal, julgue os itens seguintes.

- 106** O ofendido, ou seu representante legal, decairá no direito de queixa ou de representação se não o exercer dentro do prazo de um ano, contado do dia em que souber quem é o autor do crime.
- 107** O Ministério Público não poderá desistir da ação penal.
- 108** A renúncia ao exercício do direito de queixa, em relação a um dos autores do crime, será estendida a todos.
- 109** Depois de recebida a denúncia, a representação será irretratável.
- 110** Se o ofendido for menor de vinte e um anos e maior de dezoito anos de idade, o direito de queixa poderá ser exercido por ele ou por seu representante legal.

Com base na aplicação e interpretação da lei processual, bem como do inquérito policial, julgue os itens a seguir.

- 111** A lei processual penal não admite interpretação extensiva ou aplicação analógica, mas pode ser suplementada pelos princípios gerais de direito.
- 112** O despacho que indefere o requerimento de abertura de inquérito é irrecurável.
- 113** A comunicação de uma ocorrência policial só deve ser realizada por escrito.
- 114** O inquérito deverá terminar no prazo de dez dias caso o indiciado tiver sido preso em flagrante ou estiver preso preventivamente, contado o prazo, nesta hipótese, a partir do dia em que se executar a ordem de prisão. Se o indiciado estiver solto mediante fiança ou sem ela, o prazo será de trinta dias.
- 115** A fim de assegurar o sigilo necessário à elucidação de um fato, a autoridade policial não poderá mencionar quaisquer anotações referentes à instauração de inquérito contra os requerentes nos atestados de antecedentes que lhe forem solicitados.
- 116** A lei processual penal aplicar-se-á desde logo, sem prejuízo da validade dos atos realizados sob a vigência da lei anterior.

A respeito da prisão e da liberdade provisória, bem como das disposições constitucionais acerca do Direito Processual Penal e da ação de *habeas corpus*, julgue os itens subsequentes.

- 117** Qualquer do povo poderá prender qualquer pessoa que seja encontrada em flagrante delito.
- 118** Aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes.
- 119** As provas obtidas por meios ilícitos são inadmissíveis no processo.
- 120** O *habeas corpus* somente deve ser impetrado por advogado, pois se trata de processo judicial.

## PROVA DISCURSIVA

- Na prova a seguir, faça o que se pede, usando, caso deseje, o espaço para rascunho indicado no presente caderno. Em seguida, transcreva o texto para a **FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO DA PROVA DISCURSIVA**, no local apropriado, pois **não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos**.
- Qualquer fragmento de texto que ultrapassar a extensão máxima de linhas disponibilizadas será desconsiderado.
- Na **folha de texto definitivo**, identifique-se apenas na primeira página, pois não será avaliado texto que tenha qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado. Ao texto que contenha qualquer outra forma de identificação será atribuída nota zero, correspondente a identificação do candidato em local indevido.
- Ao domínio do conteúdo serão atribuídos até **10,00 pontos**, dos quais até **0,50 ponto** será atribuído ao quesito apresentação e estrutura textual (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos).

Tornou-se pública uma questão intrigante referente aos direitos da personalidade. O caso do Anão Bala na França. O Anão trabalhava no circo e a sua função era ser a bala do canhão. Na situação específica os turistas questionaram essa sua atividade alegando que ofendia os direitos da personalidade. Por outro lado, o anão respondeu que não se sentia ofendido em seus direitos e que ele precisava de trabalhar para sustentar a sua família. Estava, assim, instaurada a controvérsia jurídica.

Sabendo que o art. 11 do Código Civil dispõe que, com exceção dos casos previstos em lei, os direitos da personalidade são intransmissíveis e irrenunciáveis, não podendo o seu exercício sofrer limitação voluntária, redija um texto dissertativo abordando, necessariamente, os seguintes aspectos:

- ▶ a intransmissibilidade e irrenunciabilidade dos direitos da personalidade; [valor: 2,00 pontos]
- ▶ imprescritibilidade dos direitos da personalidade; [valor: 2,50 pontos]
- ▶ indisponibilidade dos direitos da personalidade. [valor: 5,00 pontos]

**RASCUNHO**

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	



**cespeUnB**

Centro de Seleção e de Promoção de Eventos